



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004053-19.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **DAMARIS ROSANE VIDAL FERMINO**
 Requerido: **ZENILDA DA SILVA FERNANDES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que residu em imóvel da ré e que estava abandonado, desocupando-o por força de decisão proferida pelo r. Juízo da 4ª Vara Cível local.

Almeja ao ressarcimento por benfeitorias que realizou no imóvel e pelo pagamento de IPTU que levou a cabo.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Ela engloba a reparação por benfeitorias que a autora teria realizado no imóvel da ré enquanto o ocupou, bem como a restituição do que despendeu para quitação do IPTU respectivo.

Quanto ao primeiro aspecto, a autora não faz jus a qualquer reconhecimento porque sua posse foi exercida de má-fé, como proclamou o r. Juízo da 4ª Vara Cível local (fl. 05, segundo parágrafo).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Quanto ao segundo, os documentos de fls. 08/14 não demonstram que foram feitos pagamentos concernentes ao imóvel trazido à colação e muito menos que a autora os tivesse implementado.

É relevante notar que a autora deixou claro que não desejava alargar a dilação probatória (fl. 108), de sorte que em momento algum o fato constitutivo de seu direito restou minimamente comprovado.

A mesma solução aplica-se ao pedido contraposto formulado pela ré.

Observo de início que ele (indenização pelo espaço de tempo em que o imóvel permaneceu ocupado indevidamente pela autora) acrescenta dado novo ao âmbito da ação ajuizada, o que impõe reconhecer que não atende aos pressupostos do art. 31 da Lei nº 9.099/95.

Como se não bastasse, é certo que não restou demonstrada concreta e objetivamente a perspectiva de que a autora iria alugar o imóvel e que deixou de fazê-lo em decorrência do esbulho perpetrado pela autora, tal como acenado a fl. 32, primeiro parágrafo.

Conclui-se, pois, que também nesse particular os fatos constitutivos do direito invocado pela ré não se delinearam.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** a ação e o pedido contraposto, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**